

## **Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências**

Antônio Carlos Matias da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise histórica da construção nacional de Angola, uma ex-colônia portuguesa localizada no continente africano, marcada pela luta pela libertação e por um período de 26 anos em guerra civil (1975 – 2002). O artigo percorre o passado histórico de Angola desde seus primeiros contatos com os colonos portugueses, o nascimento do nacionalismo angolano, a trajetória dos principais movimentos de libertação, a luta armada contra o colonialismo português, a independência, a guerra civil e suas consequências, perfazendo uma análise das principais heranças da luta de libertação e da guerra civil para buscar perceber quais foram as marcas que esses eventos deixaram em Angola.

**PALAVRA-CHAVES:** Angola, Movimentos de Libertação, Guerra civil, Independência Nacional.

**ABSTRACT:** This article aims to make a historical analysis of the national construction of Angola, a former portuguese colony located in the african continent marked by the struggle for liberation and for a period of 26 years in civil war (1975-2002). The article traces the historical past of Angola from its first contacts with the portuguese settlers, the birth of angolan nationalism, the trajectory of the main liberation movements, the armed struggle against portuguese colonialism, independence, civil war and its consequences, an analysis of the main legacies of the liberation struggle and the civil war to answer what were the marks that these events left in Angola.

**KEY-WORDS:** Angola, civil war, Liberation Movements, National Independence.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 8º período do curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã.  
E-mail: antoniomatias.ri@gmail.com

## 1. Introdução

O presente artigo busca responder à seguinte questão: Quais são as consequências da luta de libertação e da guerra civil? Para responder quais foram as marcas que esses eventos deixaram em Angola, é necessário analisar os antecedentes históricos de Angola, nascimento do nacionalismo angolano, movimentos de libertação, luta armada contra o colonialismo português e guerra civil.

Angola, localizada na África, passou por um longo período de conflito, que teve início com a luta armada contra o colonialismo português após a sua independência em 1975, quando movimentos nacionalistas pró-independência passaram a lutar entre si pelo controle político do país, o que perdurou até o ano de 2002.

No ano de 1960, o surgimento do nacionalismo angolano que criou vários movimentos de libertação. Outro fator que marcou foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização da Unidade Africana (OUA), que se transformaram em tribuna do anticolonialismo militante.

Com a queda do Estado Novo de Salazar em Portugal e a ascensão do MFA, teve início a institucionalização da democracia e se realizou a política dos três D pelo governo do MFA, que tinha como pauta democratizar, descolonizar e desenvolver. A revolução dos cravos abriu, assim, caminho para a independência das então províncias ultramarinas.

Durante os treze anos de luta colonial travada por Portugal (1961 – 1974), apenas três movimentos foram destacados, a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola; o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola; e, mais tarde, a UNITA – União Nacional para independência Total de Angola. Foram esses movimentos que lutaram contra o colonialismo português; porém, ainda que todos os movimentos tivessem por objetivo a libertação de Angola, existiam divergências entre eles, as quais, depois da proclamação da independência, levariam à guerra civil que durou vinte e seis anos.

## 2. Processo histórico em Angola

Os portugueses, baseados na lógica mercantilista, foram em busca de acesso marítimo para a Índia, onde cobijavam achar especiarias que tinham como destino a Europa. Em 1482, os primeiros lusitanos sob o comando de Diego Cão, no reinado de D. João II, ancoraram na Foz do Rio Zaire em 1482; a partir daí, teve início a conquista da região, abrangendo a área que hoje se chama Angola. O primeiro passo consistiu em estabelecer um acordo com o Reino do Congo, que dominava toda a região.

Em seguida, os lusitanos estabeleceram relações amistosas com os nativos da região e com as suas hierarquias, designadamente com seus reis. Como frutos desse processo transcorreram atividades relativas a trocas comerciais, troca de embaixadores, assim como a vinda dos missionários Católicos.

As relações comerciais e contatos entre os nativos e os lusos, além da chegada de missionários, acarretaram transformações significativas na vida dos povos africanos daquela região.

Conforme André (2004) menciona, em 1575 deu-se início à construção da primeira fortaleza, chamada de São Miguel, em cujos arredores foi fundada Luanda. Neste período, teve início a guerra contra os estados do ciclo do Kwanza, marcando uma data importante pela presença de colonos, “instrumentos da colonização”, que eram eleitos diretamente pela metrópole para garantir o domínio português.

O Salazarismo<sup>2</sup> marcou um período de instabilidade no sistema político e social do governo português. Ao longo do tempo, Portugal começou a perder o controle sobre suas colônias, pelo estopim de movimentos de libertação nacional e a crise política interna muito intensificada.

Segundo Linhares (1986), Portugal representou, no continente europeu, a última resistência do colonialismo. Nesse período, Portugal estava sob o

---

<sup>2</sup> O Salazarismo foi um regime político autoritário ocorrido em Portugal e fundado por Antônio de Oliveira Salazar que durou cerca de quarenta um (41) anos (1933-1974).

comando de Salazar, que foi seu ditador entre 1932 e 1968 e cujo regime só se dissolveu pelo movimento de 25 de abril de 1974, que declarou, certa vez: “Somos antiliberais”. “Somos contra o parlamentarismo, contra a democracia, e queremos construir um Estado corporativo.”

Linhares (1981) relata que Portugal utiliza suas colônias desde o início do século XIX como fontes de mão-de-obra barata para as companhias de mineração inglesas e assim foi com Angola. Ainda segundo o pesquisador, o racismo institucionalizado foi mais uma marca deixada pelo colonialismo português em Angola. O racismo foi imposto no país como lei administrativa e política.

Conforme Castro (1981), a Conferência de Berlim, que aconteceu entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, delimitou regras e acordos durante a ocupação do continente africano pelas potências europeias.

Segundo Ferro (1999), nas décadas de 40 e 50 do século XX, cerca de 110 de mil emigrantes portugueses partiram com destino às colônias, sendo que esse fluxo continuou nos anos seguintes e uma boa parte destes imigrantes foi viver em Angola.

As décadas de 50 e 60 foram um marco no que tange ao processo de descolonização da África, depois da segunda guerra mundial e da criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste período foram mais de cinquenta colônias que se tornaram nações independentes, mas o rigor do regime de Salazar em Portugal barrou todas as tentativas de independência das colônias portuguesas. Com o término da ditadura em Portugal em 25 de abril de 1974, o sonho das colônias portuguesas de conseguir a independência se torna realidade.

### **3. Movimentos Libertação de Angola e Luta armada**

Um dos fatores de muita importância para o processo de descolonização do continente africano foi o V Congresso Pan-Africano, que aconteceu em Manchester (1946), quando foi escrita a “Declaração aos Povos Colonizados”, pelo Dr. Kwame Nkrumah, oriundo da Costa do Ouro. Nessa ocasião, foi criado

um Comitê Regional de Delegados, que foi a primeira formação política organizada. Outro fator marcante foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização da Unidade Africana (OUA), que se transformaram em tribuna do anticolonialismo militante.

Segundo Cascudo (1979), nas décadas de 50 e 60, surgiram, em Angola, vários movimentos de libertação nacional, sob as mais diversas siglas, mas com o passar do tempo, ocorreram transformações e alguns movimentos mudaram de nome ou se fundiram, dando origem a novas siglas.

Segundo Cascudo (1979) pode-se considerar que:

O branco angolano, de nascimento ou de coração, sentia-se diante do seguinte dilema: de um lado, o MPLA, marxista, comunista, mas com o apoio da Metrópole. Do outro, a FNLA, anticomunista, pró-Occidente, nacionalista, mas... Formada pela antiga UPA, que "massacrara os brancos de 1961", os "sanguinários tribalistas do Norte". Portanto, os brancos preferiam o meio termo, nem o marxismo de Agostinho Neto, nem o poder da força do Holden Roberto, o tribalismo negro. Surgia, assim, a UNITA,... (CASCUDO, 1979, p. 2)

### **3.1 Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)**

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) foi um movimento político criado em 1962, fruto da junção da União das populações de Angola (UPA) – cujo líder era Holden Roberto, que passou a ser o principal nome da FNLA, com o partido democrático de Angola (PDA). Segundo Taylor (2006), ao contrário do MPLA, a FNLA usava a bandeira da racial, declarando-se contra os brancos portugueses, e anticomunistas.

Em fins da década de 1960, a FNLA recebeu as primeiras armas, e segundo o seu líder, estas eram provenientes da Tunísia, que naquela altura estava sob a presidência de Habib Bourguiba.

"O principal apoio foi da Tunísia, que nos deu as primeiras armas... E então conseguimos introduzir essas armas a partir dos capacetes azuis em Kinshasa... Eu aproveitava a presença das tropas das Nações Unidas, para receber essas armas da Tunísia e introduzir essas armas em Angola, aos bocados" (Jaime et Barber:1998)

Segundo Felgas (1968), o FNLA tinha ligação privilegiada com os EUA, que lhe fornecia apoio financeiro anual e conselho técnico, inclusive com a

presença de agentes nas suas bases.<sup>3</sup> A FNLA tinha suporte dos EUA e do Zaire.

Desde o início, a FNLA buscou apoio dos países ligados à cultura capitalista, e tais relações serviram-lhes de barreira na unificação com os demais movimentos de libertação, que se opunham a este tipo de aproximação.

### **3.2 Movimento Popular de Libertação (MPLA)**

O movimento Popular de Libertação (MPLA), é um movimento político organizado em 1956, foi o fruto da união do Partido de Luta Unida dos Estados Africanos de Angola (PLUA) e do Movimento para a Independência de Angola (MIA). O MPLA, liderado por Agostinho Neto, que assumiu a orientação marxista, era fortemente urbano. Entre os membros do movimento havia tanto mestiços quanto assimilados e brancos, bem como a população Ovimbundo<sup>4</sup> de Luanda.

O MPLA adotava como projeto a criação de uma Frente Angolana de Libertação e um regime democrático que reunisse o maior número de partidos políticos, a sociedade civil, todas as etnias, as organizações religiosas, todas as camadas sociais angolanas e todos os angolanos sem distinções de sexo ou de idade.

Com o comparecimento da MPLA em uma conferência, em Tunes, em janeiro de 1960, foi-lhes possível arrecadar os primeiros apoios para a luta contra o colonialismo. Segundo Bittencourt (2008) o MPLA mantinha relações com Argélia, Gana, Mali, Guiné-Conacri, Egito e Marrocos. O MPLA recebia destes países formação técnica, armamento, apoios logísticos e financeiros.

Segundo Bittencourt (2008) relata, o MPLA recebeu apoio da China, da Tanzânia e da Zâmbia a partir de 1967. Esses países foram de extrema importância para as operações do MPLA no leste de Angola. A Tanzânia é

---

<sup>3</sup>Agentes pertencentes a um grupo progressista americano conhecido como "American Comitee on África".

<sup>4</sup> Ovimbundo é grupo étnico da região centro-norte de Angola.

país fronteiro do mar e da Zâmbia, o que possibilitaria a entrada de armamento proveniente da China. Salientando-se que, apesar da diferença ideológica encontrada naquele momento, entre a China e a URSS, a ajuda de ambos os países constitui-se como um impulso fundamental no reconhecimento do MPLA pela Organização da União Africana (OUA), como a principal organização nacionalista em Angola para luta da independência. Entretanto, esse forte apoio dessas duas potências viria construir divisões no partido.

### **3.3 União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA)**

Segundo Visentini (2012), a União Nacional para Independência Total de Angola (Unita) foi fundada em 1964, mas só deu início à luta armada em 1966, liderada por Jonas Savimbi, que tinha deixado a FNLA e o GRAE<sup>5</sup>. Os principais componentes da Unita eram das etnias do sul – Ngangela, Chokwe e Ovimbundu. A Unita, com sua base na Zâmbia, visava o apoio popular e a mobilização das massas, mas era militarmente muito fraca. Embora se declarasse maoísta, a Unita alterava sua posição ideológica de acordo com o apoio externo a ser recebido.

Segundo Agostinho (2011), o projeto e a ideologia adotada pela UNITA foram a liberdade e a independência nacional; a justiça social, o trabalho e o progresso. Buscava, ainda estimular a religião no seio da sociedade, o que teria efeito catalisador em suas propagandas.<sup>6</sup>

Segundo Rosa (1980) afirma, as relações externas da Unita tiveram início muito antes do movimento ter sido constituído. O líder do movimento, Savimbi, juntou-se aos ex-militantes da UPA/GRAE e fixou-se na Zâmbia, dando início ao que podemos chamar a “AMANGOLA”. Houve tentativas frustradas de buscar apoio de outros países africanos (Egito, Tanzânia e Argélia) e dos blocos socialistas (URSS, Alemanha Oriental, Checoslováquia e a Hungria). Conforme o EME (2006), apenas a China disponibilizou apoio à Unita, possibilitando a formação da brigada militar dentro do seu território.

---

<sup>5</sup> Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE)

<sup>6</sup> Palestra apresentada por Savimbi, as suas forças em 19 de Dezembro de 1984.

No que tange ao apoio à Unita na África austral, apenas a Zâmbia permitiu movimentos de atividades da Unita em 1967; entretanto, em virtude das diversas divergências com o governo zambiano, a Unita foi obrigada a sair do país.

### **3.4 Luta armada contra Colonialismo Português**

Todos os fatos já mencionados (racismo, trabalho forçado, ditadura, etc.) colaboraram para a criação de condições históricas que moldaram o clima social e político em Angola em 1961.

De acordo com os historiadores René Pélissier e Douglas Wheeler (2011: 346), a revolta teve início inegavelmente na área étnica e de ação da UPA, no Norte de Angola, em 15 de março de 1961, quando foram atacadas várias fazendas e postos administrativos portugueses. Segundo Agostinho (2011), contudo, esses fatos foram seguidos por duas revoltas, que foram na Baixa de Cassange, a Leste de Malange. Iniciados em 11 de janeiro de 1961, demonstravam o descontentamento da população local sobre os maus tratos do regime.

Segundo Nunes (2002):

(...) No dia 15 de Março de 1961, Angola acordou sobressaltada com notícias preocupantes sobre algo de muito grave que ocorria nos distritos de Uíge, Zaire e Cuanza Norte. Os portugueses tomaram, então, conhecimento da existência da UPA (União dos Povos de Angola), movimento independentista que, acoitado no Congo ex-belga e com o apoio de algumas organizações internacionais, cometia naquela região um generalizado massacre. Hordas enlouquecidas, armadas com catanas, assassinavam selvaticamente pessoas de todas as raças, credos e idades, destruíam as estruturas econômicas e viárias e incendiavam as fazendas e as povoações daquela tão vasta e rica região, fazendo do Norte de Angola um verdadeiro inferno. Desolação, casas fumegantes, estradas cortadas e cadáveres por todo o lado, eram só o que a observação aérea podia detectar. As populações aterrorizadas refugiaram-se nas matas, fugiram para os países vizinhos ou acolheram-se a alguns núcleos de resistência, como Carmona, Negage, Mucaba ou Quimbele, aguardando a chegada de socorros. Por seu lado, as autoridades militares reagiram às atrocidades com as poucas forças armadas disponíveis, que unidades metropolitanas reforçaram, e sustiveram o ímpeto da UPA. (NUNES, 2002).

De acordo com Visentini (2012), em 1962 a Guerra Popular de libertação do Povo Angolano, que já tinha tido se iniciado no ano anterior com a criação

da 1ª Região Político-Militar do MPLA, ao norte do de Luanda, estendeu-se a Cabinda, onde foi criada a 2ª Região Político-Militar. Em 1966, a Unita começou sua participação na luta armada pela independência com abertura de uma frente na região leste do país, no momento em que o MPLA também abriu sua frente na mesma região, a 3ª Região Político-Militar. Nos anos seguintes, o MPLA seguiu ampliando suas lutas e abrindo novas frentes: as 4ª e 5ª Regiões Político-Militares, nos anos de 1968 e 1969, nas regiões de Luanda e de Bié (centro do país) respectivamente. Segundo Visentini (2012) pode-se considerar que:

Geograficamente, a distribuição dos três movimentos no final da década de 1960 deu-se da seguinte forma: o MPLA concentrava-se no Nordeste do país na região entre Luanda e Malange e no Leste, na fronteira com a Zâmbia, além do norte da região de Cabinda; a FLNA ocupava a região Nordeste do país com o Zaire, e uma pequena área no leste, na região de Luanda, também na fronteira com Zaire; a Unita encontrava-se na região Centro-leste do país entre as forças do MPLA e do FNLA a Leste, e as forças portuguesas a Oeste. Com essa distribuição, a Unita viu-se cercada e as forças portuguesas conseguiram um acordo com Savimbi em 1971, o que ficou conhecido como Operação Madeira. Acordo consistia em que os portugueses permitissem à Unita permanecer numa zona estabelecida, enquanto à Unita cabia fornecer informações aos portugueses sobre as movimentações dos outros grupos de libertação, bem como combatê-los. Foi através desse acordo, que as bases do MPLA e da FNLA foram eliminadas da zona militar leste. (VISENTINI, 2012, p.53)

#### **4. Independência, guerra civil e intervenções estrangeiras**

A Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, ato liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), foi o movimento que derrubou o regime ditatorial do Estado Novo, criado por Antônio Salazar em 1933. O movimento visava estabelecer liberdades democráticas, com o intuito de promover transformações sociais no país. Com a aderência em massa da população, a resistência do regime, enfraquecido militarmente, foi praticamente nula.

O objetivo principal do programa apresentado pelo governo do MFA foi a famosa política de três D, que seria democratizar, descolonizar e desenvolver. A Revolução dos Cravos abriu, assim, caminho para a independência das então províncias ultramarinas.

Segundo Visentini (2012), a revolução dos Cravos reconheceu de imediato o direito à independência, convidando os três principais movimentos de libertação angolanos: MPLA, UNITA e FNLA, para formar, juntamente com Alto-Comissário Português, um governo de transição. Assim, houve a assinatura do acordo de Alvor em 15 de janeiro de 1975 entre o Governo português e os três principais movimentos de libertação angolanos, que estabeleceu os parâmetros para a partilha do poder na antiga colônia. Foi estabelecida a nova administração, formada em 1975, por um governo provisório de coalizção, composto pelos três partidos, a qual deveria perdurar até a proclamação oficial da independência, que ocorreria em 11 de novembro de 1975. O governo provisório, composto por representantes dos três partidos no Conselho Presidencial - assumiu o poder no fim de janeiro; tal governo, porém, logo se desintegrou, à medida que aumentavam as animosidades entre os movimentos.

Cascudo (1979) afirma que:

Na manhã do dia 10 de novembro, o Alto-Comissário Leonel Cardoso reuniu a imprensa angolana e os correspondentes estrangeiros em Luanda, para sua derradeira entrevista. Passou o poder aos responsáveis do MPLA. Afirmava, em seu discurso, que "deixava Luanda entregue à vontade do seu povo". Após quatro séculos de domínio sobre Angola, após criar, em África, as bases de uma civilização e de uma cultura ocidentais, após vencer as barreiras do tempo e das distâncias, Portugal deixava a terra que colonizou, pela porta dos fundos, numa pequena lancha, que transportava o Sr. Alto-Comissário para bordo de uma fragata, na baía de Luanda, onde, onde ainda tremulava, palidamente, na popa, a bandeira portuguesa (...) (CASCUDO, 1979, p. 130).

Segundo Visentini (2012), em novembro de 1975, Angola alcançara sua independência, mas os conflitos, no entanto, não tiveram fim. Ao mesmo tempo em que MPLA proclamava em Luanda (com a retirada das autoridades e das últimas tropas portuguesas) a República Popular de Angola; a FNLA e a Unita proclamavam, em Huambo, a República Democrática de Angola, constituindo, assim, dois governos paralelos. Portugal não reconheceu a legitimidade de nenhum dos dois, mas os demais países reconheceram gradativamente o

governo do MPLA.<sup>7</sup> Apenas em 1976, Portugal reconhece a legitimidade do governo da República Popular de Angola.

Holden Roberto manda suas tropas que está no vizinho Zaire, tinha apoio norte-americano e de forças mercenárias, que atacaram o Norte de Angola, enquanto o Sul foi invadido pela Unita, que era patrocinada pela África do Sul e China. Duas semanas após a independência, eram contabilizados 40 mil mortos e um milhão de desabrigados. A maioria dos brancos – cerca de 400 mil- deixou o país.

A FLNA que era apoiada por mercenários brancos e tropas do Zaire avançaram do norte para atacar a capital Luanda, onde o MPLA era dominante. Kissinger, impossibilitado de intervir pelo Congresso, entregou fundos secretos da CIA ao movimento de Holden Roberto, que também recebia apoio chinês. Invasão foi derrotada pelo MPLA, com apoiados cubanos. FNLA foi desintegrada, em como, mas pretensões do Zaire de ter seus aliados no poder de Angola, ou ao menos anexar o norte do país e o enclave de Cabinda (que possuía um pequeno movimento separatista, a FLEC), região rica em petróleo. A atitude de Kissinger, por sua vez, revelava seu desconhecimento da realidade regional, e um enfoque caracterizado pela visão globalizada de confrontação Leste-Oeste. Sua precipitação e erro de cálculo tiveram como consequências desencadeamento de uma longa e violenta guerra na África Austral, ampliando, involuntariamente, a presença soviético-cubana na região. Nesse quadro de desequilíbrio estratégico criado com a formação do Eixo Washington-Beijing (Pequim), acabou-se provocando uma firme reação soviética, em resposta à intervenção sino-americana naquilo que não passava de um problema regional, e que poderia ter sido solucionado pelos africanos. (VISENTINI, 2012, p.58.)

Segundo Visentini (2012), as forças cubanas (200 mil teriam lutando em Angola), além de cooperantes civis nas áreas social e econômica, eram, em sua maioria, voluntárias. No entanto, assessores soviéticos e do Leste Europeu, além de ajuda econômica, fizeram Angola cada vez mais dependente dos países socialistas, embora vendesse seu petróleo (explorando no litoral) e diamantes ao Ocidente. Aliás, o controle dos campos de diamantes localizados no interior era duramente disputado com a Unita, que se financiava, parcialmente, com essa riqueza. Em 1979, Agostinho Neto faleceu, vítima de câncer, e foi sucedido por José Eduardo dos Santos, engenheiro petrolífero formado na URSS, e que ainda se encontra no poder.

---

<sup>7</sup> O governo Unita/FLNA não chegou a receber o reconhecimento internacional de nenhum país (CORREIA, 1991).

Segundo Visentini (2012) relata, com ascensão do governo sul-africano de Mandela em 1994 e a queda de Mobutu, em 1997, o grupo de Savimbi começou a perder força. Em 1999, foi formado novo governo e, no ano seguinte, os combates recomeçaram quando a ONU retirou sua missão de paz. Savimbi foi morto em combate em fevereiro de 2002 na província de Moxico, propiciando um acordo formal de cessar-fogo, assinado em abril seguinte. Quatro meses depois, a Unita pôs fim ao seu braço armado e o ministro da defesa declarou que a guerra, de 27 anos, tinha findado. Unita transformou-se em partido político, com um novo líder – Isaías Samakuva.

Angola foi governada por Antônio Agostinho Neto (MPLA) de 1975 até 1979, quando José Eduardo dos Santos assumiu o governo. O mandato de Santos mencionou a intenção de organizar eleições em 2006, mas o fato não ocorreu. Essas seriam as primeiras eleições desde 1992 e serviram para eleger uma nova candidatura para Angola.

## **5. Considerações finais**

Tendo em vista os motivos já expostos, podemos entender que as relações entre Portugal e Angola iniciaram-se em 1482, com a chegada de Diego Cão na Foz do Rio Zaire. As relações entre os colonos portugueses e os nativos floresceram com criação de representações diplomáticas e acordos de trocas comerciais.

Notamos que, com o fim do governo ditatorial de Salazar em Portugal, o governo de MFA assumiu o poder e teve início a institucionalização da democracia. O governo do MFA executou a política dos três “D”, que tinha como objetivo democratizar, descolonizar e desenvolver. A revolução dos cravos abriu, assim, caminho para a independência das então províncias ultramarinas.

Acreditamos que, por diversos motivos que neste artigo foram apresentados, podemos observar que o processo de independência angolano foi complexo, por envolver fatores internos, como a existência de diversas etnias, com diferentes valores culturais e interesses econômicos; por outro lado, pela interferência externa, advinda da polaridade da “guerra fria”, por

questões ideológicas e pelo interesse das potências econômicas em razão da posição geográfica desse país.

Compreendemos que, após o fim do período de Guerra civil, Angola teve um acelerado processo de crescimento econômico, desenvolveu sua infraestrutura de base, com destaque para os setores de energia, água, saneamento básico, transportes e telecomunicações. Entretanto, apesar deste desenvolvimento econômico, Angola, ainda, possui muitas heranças do período de luta de libertação e guerra civil, tais como: corrupção, desigualdade social, etc.

As consequências deste período de 27 anos de guerra civil são visíveis até hoje na sociedade angolana. Segundo Tati (2009) relata, o governo de Angola, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PBUD, 1998), contabilizaram cerca de 10 milhões de minas terrestres que foram espalhadas pelo território Nacional, danificando as atividades pecuárias e agrícolas. A guerra civil deixou uma marca de dois milhões de mortos, 1,7 milhão de refugiados e 80 mil pessoas mutiladas pelas incontáveis minas espalhadas pelo país.

Podemos observar que várias organizações que defendem os direitos humanos como, por exemplo, a *Human Right Watch*, afirmam que tanto o Governo do MPLA como o maior grupo de oposição, a Unita, usaram crianças como soldados durante a guerra. Os grupos de defesa dos direitos das crianças estimam que cerca de 11.000 crianças estiveram envolvidas nos últimos anos dos combates.

Podemos concluir que a guerra civil de Angola, foi mais um conflito fruto do colonialismo europeu que sucumbiu com todas as riquezas deste continente, e com o tratado de Berlim de 1878, que repartiu o território africano entre as potências europeias, sem levar em conta as características étnicas e religiosas. Deste modo, os povos da mesma etnia e religião se viam separados e povos rivais eram colocados lado a lado no mesmo território, tendo sido este um dos principais motivos das guerras civis e genocídios no continente africano.

## Referenciais Teóricos

BITTENCOURT, Marcelo (2008). “Estamos Juntos!” O MPLA e a Luta Anticolonial 1961-1974. Volumes I e II, Kilombelombe, Luanda.

CECA (EME) (1988). Resenha Histórica das campanhas de África 1961-1974. Aspectos de Atividades Operacionais, Volume I, II e VI, Lisboa.

CORREIA, Pedro Pezarat de. *Descolonização de Angola: a joia da Coroa do Império Português*. Luanda: Ler & Escrever, 1991.

FERNANDO, Emílio, Jonas Savimbi no lodo errado da história, Ed. D. Quixote, Lisboa, 2ª edição, pg.13, 2012.

FELGAS, Hélio. Guerra em Angola. Livraria Clássica 2ªed. Lisboa, 1962

ROSA, João. O desafio de Savimbi, agência de revistas portuguesa, Lisboa: 1980.

LEOGRANDE, William M. *Cuba's Policy in Africa, 1950-1980*. Berkeley: Institute of International Studies University of California, 1980.

LINHARES, Maria Yedda. A luta contra a metrópole: Ásia e África: 1945-1975. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 97-107.

NUNES, Antônio Pires. Angola, 1966-74: vitória militar no leste. Ed. Tribuna da História. 2002

TATI, João Tibúrcio. Restos da Guerra: Trajetória, modos de vida dos jovens no município de Cacucaco, Luanda – Angola, 2009, Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) Universidade de São Paulo – Faculdade de Saúde Pública, São Paulo.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; Teixeira, Luiz Dario Ribeiro; Pereira Analúcia Danilevicz. Breve história da África. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. História de Angola. Lisboa: Tinta-da-china, 2011.

**Sites consultados:**

<http://observador.pt/especiais/guerra-civil-como-angola-foi-dividida-em-1975/>. Acessado em 25/05/2017

[https://www.infopedia.pt/\\$guerra-civil-angolana](https://www.infopedia.pt/$guerra-civil-angolana) . Acessado em 29/05/2017

<http://www.infoescola.com/historia/revolucao-dos-cravos/>. Acessado em 29/05/2017

<http://observador.pt/especiais/guerra-civil-como-angola-foi-dividida-em-1975/>. Acessado em 29/05/2017

<http://www.tpissarro.com/inicio.htm>. Acessado em 28/05/2017

<http://www.br.monografias.com/trabalhos/guerra-civil-angola/guerra-civil-angola3.shtml>. Acessado em 29/05/2017

<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/angola-independencia-guerra-civil-apos-quatro-seculos-de-dominio-portugues-10110726#ixzz4isltnA9e>. Acessado em 01/06/2017

<https://www.hrw.org/pt/news/2003/04/28/226507>. Acessado em 02/06/2017

<http://www.dw.com/pt-002/a-inf%C3%A2ncia-passada-na-guerra-crian%C3%A7as-soldado-em-mo%C3%A7ambique-e-angola/a-17799763>. Acessado em 01/06/2017